

# Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Mensagem Nº: — / — / —

Processo: 518/13

Projeto: 047/13

Decreto: — / — / —

Resolução: — / — / —

Emenda: Altera a Lei nº 485/2004, com a al-  
turação introduzida pela Lei nº 848/2008.

Iniciativa do: Vereadores (Beto Silva, Alceu, Nelson,

Apresentado em: 30/04/13 Clonice, Kleni Lima, n  
tião e Somenzi

## COMISSÕES TÉCNICAS

LEGISLAÇÃO J.R. \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

FINANÇAS O.F. \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

URBANISMO I.M. \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EDUC. C.S.A.T.M.A. \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: \_\_\_\_\_

1ª/15ª Extraordinária 9/5/13 - 17:30h  
10:00h

Aguarda Sessão

ENCAMINHADA E LIDA NA SESSÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A EMENDA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1299, DE 29 DE MAIO DE 2013.

SÚMULA: "Alteração a Lei nº 485/2004, com a alteração introduzida pela Lei nº 848/2008."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º.** O Artigo 6º da Lei nº 485/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 6º - Sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido, o interessado deverá protocolar o seu requerimento instruído com os documentos exigidos na presente Lei, junto ao Protocolo Geral.*

*§ 1º - O requerimento será apreciado pela Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria, que emitirá Parecer a respeito, cabendo a decisão ao Secretário de Finanças.*

*§ 2º - ...*

*§ 3º - ..."*

**Art. 2º.** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revoga-se as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 29 de maio de 2013.

EDGAR ROSSI  
Prefeito

CRISTIAN LUIZ MORAES  
Procurador Geral



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

Ofício N.º 020/13 – 1L

Pontal do Paraná, 29 de Maio de 2013.

Exmo. Senhor

**EDGAR ROSSI**

DD. Prefeito Municipal de Pontal do Paraná.

**Assunto:** Projetos de Lei n.º 031 e 032/13

Senhor Prefeito:

Encaminho em anexo, à Vossa Excelência, **Projetos de Lei n.º 031 e 032/13**, autografados por esta Presidência, para providências preceituadas no Artigo 51 da Lei Orgânica do Município.

Sem mais para o momento, antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente

  
**CARLOS ROBERTO DA SILVA**

Presidente

Solicitante

Câmara Municipal de Pontal do Paraná Of. 020/13

N.º PROCESSO: 3678/2013

ASSUNTO:

Projetos de lei nº 031 e 032/13

DATA ENTRADA: 29/5/2013

3678201399142956605



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

## **PROJETO DE LEI Nº.032/13.**

**SÚMULA:** "Alteração a Lei nº 485/2004, com a alteração introduzida pela Lei nº 848/2008."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2013, APROVOU E EU PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

**Art. 1º** - O Artigo 6º da Lei nº 485/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido, o interessado deverá protocolar o seu requerimento instruído com os documentos exigidos na presente Lei, junto ao Protocolo Geral.

§ 1º - O requerimento será apreciado pela Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria, que emitirá Parecer a respeito, cabendo a decisão ao Secretário de Finanças.

§ 2º - ...

§ 3º - ...

**Art. 2º** - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revoga-se as disposições em contrário.

Palácio Professor Getulio Serafim do Nascimento, em 10 de Maio de 2013

  
**CARLOS ROBERTO DA SILVA**  
Presidente





**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

REQUERIMENTO Nº. 01 /2103.

Os Vereadores que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com base no Parágrafo 3º do artigo 145 do Regimento Interno da Câmara Municipal, apresentam requerimento solicitando a dispensa do interstício do prazo de 24:00 horas, para que a sessão extraordinária que será realizada no dia 10 de maio, para que seja realizada, ainda hoje, dia 09/05/2013, cinco minutos após o termino dessa.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
P.T. 0103/2013  
Processo nº 554113  
Data 9 05 13  
Hora 8:50  
Assinatura: *Carly de Almeida*

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2013.

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

Ofício Circular nº.12/13.

Pontal do Paraná, em 07 de Maio de 2013

Ilmo. Senhores Vereadores

Senhores Vereadores:

Conforme preceitua o Artigo 23 Inciso I e II da Lei Orgânica do Município, resolvo convocá-los para três Sessões Extraordinárias nos dias 09 e 10 de Maio de 2013, às 17:30horas.

Sem mais para o momento, antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente.

  
**CARLOS ROBERTO DA SILVA**  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

Edital nº. 06/13.

Carlos Roberto da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 23 Inciso I e II da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná.

**RESOLVE:**

Convocar Extraordinariamente a Câmara Municipal de Pontal do Paraná, nos dias 09 e 10 de Maio de 2013, às 17:30 horas, a fim de discutir e votar as seguintes matérias:

- Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 047/2013, de iniciativa dos Vereadores:  
**Súmula: "Altera a Lei nº 485/2004, com a alteração introduzida pela Lei nº 848/2008."**
- Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 048/2013, de iniciativa do Poder Executivo:  
**Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial , no valor de RS 508.000,00, a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município."**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, em 07 de Maio de 2013.

  
**CARLOS ROBERTO DA SILVA**  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

ANTEPROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2013

Os Vereadores que o presente subscrevem, com fulcro nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, apresentam o seguinte **ANTEPROJETO DE LEI**

**Súmula: Altera a Lei nº485/2004, com a alteração introduzida pela Lei nº848/2008.**

Art. 1º – O artigo 6º da Lei nº485/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 6º - Sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido, o interessado deverá protocolar o seu requerimento instruído com os documentos exigidos na presente Lei, junto ao Protocolo Geral.*

*§ 1º. O requerimento será apreciado pela Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria, que emitirá parecer a respeito, cabendo a decisão ao Secretário de Finanças.*

§ 2º. ....

§ 3º. ....

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ  
**PROTOCOLO**  
Processo nº 518/13  
Data 30/04/13  
Hora 13:48  
Assinatura [assinatura]

Art. 2º – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2013.

[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]

[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

## **JUSTIFICATIVA**

A alteração que se pretende objetiva excluir da Lei que trata da concessão de isenção de IPTU para aposentados, pensionistas, beneficiários de renda mensal vitalícia e pessoas de baixa renda, prazo para protocolo do pedido.

É sabido pelos pares desta Casa de Leis, que os contribuintes que necessitam do benefício concedido pela Lei, são pessoas humildes e por vezes não detêm o conhecimento das formalidades exigidas e desta forma, retirando-se o prazo, este Poder estará contribuindo para que mais pessoas – que realmente necessitem – possam usufruir do benefício da isenção.

Diante de tal é que se apresenta para análise e deliberação dos nobres vereadores o presente projeto de lei, esperando seja o mesmo aprovado por unanimidade por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2013.

  


\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Publicado no Órgão Oficial 251

**LEI Nº 848 DE 04 DE MARÇO DE 2008.**

**Súmula: Revoga os incisos VIII e IX do art.3º e altera o artigo 6º da Lei nº485/04.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Ficam revogados os incisos VIII e IX do artigo 3º da Lei Municipal nº 485/2004.

Art. 2º O artigo 6º da Lei Municipal nº485/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art.6º- Sob pena de indeferimento de plano sem apreciação do pedido, o interessado deverá protocolizar requerimento, devidamente instruído com os documentos exigidos na presente Lei, junto ao Protocolo Geral até o dia 31(trinta e um) de março."*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 04 de março de 2008.

**RUDISNEY GIMENES  
PREFEITO**

**JOSÉ DANIEL OLIVEIRA VIGÁRIO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**VERGINIA MARA PEDROSO  
PROCURADORA-GERAL**



## **Lei 485/04**

**Sumula:** "Concede isenção do IPTU – contribuição de melhoria incidentes sobre imóveis de propriedades ou posse de aposentados, pensionistas, beneficiários de renda mensal vitalícia, pessoas de baixa renda e dá outras providências".

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI :**

**Art. 1º** - Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Contribuição de Melhoria ao munícipe aposentado, pensionistas, beneficiários de renda mensal vitalícia e o de baixa renda, proprietário ou possuidor de imóvel localizado no território deste Município, e que preencha os requisitos exigidos por esta Lei.

**Art. 2º** - Esta concessão da isenção de que cuida a presente Lei, dependerá de requerimento firmado junto ao Protocolo Geral, localizado no prédio da Prefeitura Municipal, no qual o interessado deverá comprovar:

- I – que é proprietário ou possuidor de um imóvel residencial localizado no território deste Município;
- II – que tal imóvel é o único de que é proprietário ou possuidor;
- III – que utiliza tal imóvel como sua residência;
- IV – que seu rendimento mensal não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos.

**Art. 3º** - O Requerimento deverá ser encaminhado ao Departamento de Arrecadação, em formulário próprio acompanhado de:

I – cópia autenticada do documento que comprova que o imóvel integra seu patrimônio;

- a) certidão dos registros imobiliários; ou
- b) matrícula do imóvel atualizada; ou
- c) contrato de compra e venda registrado; ou
- d) título de posse desde que não seja precário.

II – certidões dos registros imobiliários onde conste os imóveis que o requerente possuir em seu nome;

- III – carnê do IPTU e/ou contribuição de melhoria em seu nome;
- IV – cópia de cédula de identidade, CPF e título de eleitor;





V – cópia do comprovante de residência (faturas de água, luz, lixo ou extrato bancário);

VI – cópia autenticada do comprovante de recebimento do benefício da aposentadoria, pensão ou renda mensal vitalícia, com informação do tipo de benefício e valor recebido relativo ao mês de janeiro do exercício a que corresponder o pedido, no caso de pessoa de baixa renda, holerite de pagamento ou carteira de trabalho ou atestado de pobreza emitido pelo órgão competente;

VII – declaração, com firma reconhecida, do aposentado, pensionista, beneficiário de renda mensal vitalícia do INSS ou pessoa de baixa renda, sob as penas da Lei, de que reside no imóvel para a qual solicita a isenção, de que não é proprietário de outro imóvel neste Município, e que a soma de todos os seus rendimentos, relativos ao mês do requerimento, não ultrapassa ao valor correspondente a 02 (dois) salários mínimos;

VIII – planta ou “croqui” do imóvel, quando não exclusivamente residencial, ou se existir mais de uma moradia, com indicação da área que reside;

IX – cópia do contrato de locação ou declaração do aluguel recebido, se parte do imóvel, objeto do pedido, estiver locado. A renda objeto da locação e da pensão, aposentadoria ou benefício vitalício não poderá ultrapassar a 02 (dois) salários mínimos;

X – no caso de requerente ser usufrutuário, deverá comprovar o usufruto vitalício e as condições financeiras dos proprietários do imóvel através de comprovante de renda onde não poderá ultrapassar a 02 (dois) salários mínimos;

XI – para débitos de exercícios anteriores deverá ser apresentada certidão vintenária do registro imobiliário para comprovar propriedade no exercício financeiro em que está sendo requerida a isenção. Servirá, também, como comprovante: escritura pública, contrato registrado com data do exercício anterior ao ano que requerer o benefício, ou título de posse que não seja precário com CMPPR data anterior ou do exercício financeiro em que está sendo requerido o benefício. Para cada débito de exercícios anteriores deverão ser requeridos em separado e juntado aos documentos.

**Parágrafo único.** Para fins de requerente viúvo, pensionista ou pessoa de baixa renda, deverá apresentar certidão de óbito, na ausência formal de partilha e declaração do INSS de que não recebe benefícios, pensão ou aposentadoria do cônjuge e/ou companheiro falecido. Caso receba algum benefício, somado com a sua renda não poderá ultrapassar a 02 (dois) salários mínimos.

**Art. 4º** - A concessão da isenção de que trata esta Lei tem caráter pessoal, não gera direito adquirido e será anulada no caso de ficar evidenciado que o munícipe beneficiado não preenchia os requisitos legalmente exigidos. Neste caso, o crédito tributário objeto da isenção irregular, será atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa moratória, e cobrado pelo Fisco Municipal.

**Art. 5º** - Caso o requerente tenha adquirido recentemente o imóvel, deverá comprovar a origem dos recursos.

**Art. 6º** - Sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido, o interessado deverá protocolar o seu requerimento instruído com os documentos





exigidos na presente Lei, junto ao Protocolo Geral, até o dia 30 (trinta ) de janeiro de cada exercício financeiro.

§ 1º. O requerimento será apreciado pela Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria, que emitirá parecer a respeito, cabendo a decisão ao Secretário de Administração e Finanças.

§ 2º. A isenção concedida se renovará automaticamente para o exercício seguinte, devendo ser requerida a cada 02 (dois) exercícios.

§ 3º. Se o munícipe interessado estiver impossibilitado de dirigir-se ao Protocolo Geral para assinar o requerimento de isenção, este poderá ser assinado por procurador, devidamente constituído através de procuração específica para o fim, com firma reconhecida.

**Art. 7º -** Concedido a isenção para os exercícios financeiros seguintes, o requerente deverá apresentar:

- I – certidões dos registros imobiliários de quantos imóveis possui;
- II – cópia atualizada da matrícula do imóvel objeto da isenção;
- III – comprovante de rendimentos;
- IV – declaração com firma reconhecida de único imóvel e que nele reside.

**Art. 8º -** A isenção, alvo desta Lei, compreende todos os débitos devidos no exercício financeiro vigente, bem como, aqueles débitos em atraso, inclusive os que foram objetos de parcelamento, ficando, neste caso, o contribuinte isento do pagamento das parcelas vencidas e vincendas.

**Art. 9º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 15 de Janeiro de 2004.

**JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**CESÁRIO FERREIRA FILHO**  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Planejamento

**EVANDRO MÁRIO LÁZZARI**  
Procurador Jurídico



exigidos na presente Lei, junto ao Protocolo Geral, até o dia 30 (trinta) de janeiro de cada exercício financeiro.

§ 1º. O requerimento será apreciado pela Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria, que emitirá parecer a respeito, cabendo a decisão ao Secretário de Administração e Finanças.

§ 2º. A isenção concedida se renovará automaticamente para o exercício seguinte, devendo ser requerida a cada 02 (dois) exercícios.

§ 3º. Se o munícipe interessado estiver impossibilitado de dirigir-se ao Protocolo Geral para assinar o requerimento de isenção, este poderá ser assinado por procurador, devidamente constituído através de procuração específica para o fim, com firma reconhecida.

**Art. 7º** - Concedido a isenção para os exercícios financeiros seguintes, o requerente deverá apresentar:

- I – certidões dos registros imobiliários de quantos imóveis possui;
- II – cópia atualizada da matrícula do imóvel objeto da isenção;
- III – comprovante de rendimentos;
- IV – declaração com firma reconhecida de único imóvel e que nele reside.

**Art. 8º** - A isenção, alvo desta Lei, compreende todos os débitos devidos no exercício financeiro vigente, bem como, aqueles débitos em atraso, inclusive os que foram objetos de parcelamento, ficando, neste caso, o contribuinte isento do pagamento das parcelas vencidas e vincendas.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 15 de Janeiro de 2004.

**JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**CESÁRIO FERREIRA FILHO**  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Planejamento

**EVANDRO MÁRIO LÁZZARI**  
Procurador Jurídico